



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

LAUDO TÉCNICO
Análise Técnica da Sede da Delegacia de Polícia Federal

Técnico Responsável:

Miguel Marx

Médico Perito / Chefe do Núcleo de Perícias e Segurança do Trabalho
Universidade Federal do Cariri
SIAPE: 2574140



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. OBJETIVOS

O presente trabalho pericial tem como objetivo verificar a existência ou não, nas atividades ou locais de trabalho dos servidores do Departamento de Polícia Federal (DPF), de condições técnicas de Periculosidade, conforme preconizado pela Orientação Normativa SEGEF n.º04 (ON SEGEF n.º04), de 14 de fevereiro de 2017, e pela Norma Regulamentadora nº16 (NR-16), aprovadas pela Portaria Ministerial nº 3.214/78 do MTE.

Este Laudo Técnico visa atender ao pedido de inspeção técnica realizada pela Sra. Delegada de Polícia Federal Josefa Maria Lourenço da Silva, Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE - DPF/JNE/CE, através do OFÍCIO Nº 317/2020/DPF/JNE/CE de 26 de agosto de 2020, no qual solicita avaliação ambiental do tipo qualitativa e ou quantitativa e consequente expedição de laudo, por profissionais especializados, a ser realizado no prédio da Delegacia de Polícia Federal de Juazeiro do Norte.

2. LOCALIZAÇÃO E SETORES DE ATIVIDADE

Endereço: Rua Interventor Erivano Cruz, nº 55, 3º andar, Bairro Matriz, Juazeiro do Norte/CE.

Foi constatado que as instalações da DPF estão localizadas em um único pavimento da edificação, com características construtivas em estrutura de alvenaria, concreto armado, com divisórias internas em gesso¹, iluminação artificial por luminárias com lâmpadas e ventilação artificial.

As atividades desempenhadas são próprias da atividade policial, sendo a distribuição dos setores da forma a seguir:

SETOR	ATIVIDADE	QUANTITATIVOS SERVIDORES/CONTRATADOS
Entrada/Recepção	Vigilância.	06
Núcleo Administrativo	Protocolo.	02
Núcleo de Transporte e Prefeitura	Administração da frota ostensiva e velada, administração predial.	02
Força Tarefa 1 (Unidade de Imigração)	Carteira de estrangeiros.	04
Força Tarefa 2 (Unidade de Armamento)	Processo de aquisição de arma, porte, recebimento de armas na Campanha do Desarmamento, etc.	
Unidade de Inteligência	Atividade de Inteligência.	03
Núcleo de Operações	Atividades Operacionais, Depósito de armas e munições.	09
Núcleo de Operações e Inteligência Policial	Operações Policiais sensíveis.	03
Unidade de Identificação	Atividades de identificação criminal e locais de crime.	03
Laboratório de Papiloscopia	Laudos Papiloscópicos.	

¹ Com exceção apenas das divisórias internas do paiol de armas, da contenção e depósitos de materias as divisórias internas são em alvenaria, todo o resto em gesso/drywall.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

Núcleo Técnico Científico	Atividades de Perícia.	01
Laboratório de Criminalística	Exames periciais.	
COPA	Cozinha e Depósito de material de limpeza.	04
Plantão	Depósito de Armas	06
Secretaria de Gabinetes	Auxilia no GAB/CHEFE	02
Gabinetes	Deflagrar Operações, conduzir inquéritos, realizar oitivas, etc.	05
Cartórios	Atividades cartorárias.	07
Depósitos de materiais	Armazenamento provisório de papéis, equipamentos eletrônicos, armas e entorpecentes.	00
Custódia	Sala de conecção provisória.	00

3. DESENVOLVIMENTO DA PERÍCIA E CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERICULOSIDADE

3.1 Desenvolvimento da perícia

Considerando a solicitação recebida pela Universidade, foi realizada diligência ao endereço da sede da DPF com a finalidade de realizar a perícia técnica. No local, foi realizada reunião com Sra. Delegada Josefa Maria Lourenço da Silva para esclarecimento do conteúdo da solicitação, que visava atender exigência por motivo de mudança de localidade e instalação da nova sede da DPF, na qual abriga força de trabalho composta por servidores e pessoal terceirizado.

O desenvolvimento da perícia foi realizado *in loco*, utilizando metodologia qualitativa e com o acompanhamento dos servidores dos respectivos setores que conduziram a apresentação dos departamentos e as atividades realizadas.

3.2 Análise da Periculosidade

São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos da NR-16, a saber:

- Anexo 1, atividades e operações perigosas com explosivos;
- Anexo 2, atividades e operações perigosas com inflamáveis;
- Anexo 3, atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial;
- Anexo 4, atividades e operações perigosas com energia elétrica;
- Anexo 5, atividades perigosas em motocicleta;
- Anexo (*) atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas.

3.3 Das Atribuições do órgão periciado

Atribuições definidas em legislação especial, ordinária e complementar ^{1,2,3,4}:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

- Combate ao terrorismo;
- Garantir a segurança dos Chefes de Estado estrangeiros e chefes de Organismos Internacionais em visita ao Brasil;
- Prevenir e reprimir os crimes cibernéticos;
- Combate à pedofilia;
- Ser a representante exclusiva da Interpol no Brasil, reprimindo o crime internacional e busca por foragidos internacionais;
- Prevenir e reprimir os crimes praticados contra os povos indígenas;
- Repressão ao desvio de recursos públicos;
- Controlar e gerenciar o SINARM (Sistema Nacional de Armas) e as armas de fogo em poder da população²;
- Reprimir crimes ambientais e contra o patrimônio histórico;
- Exercer a regulação, controle, e a fiscalização de toda a atividade de segurança privada no Brasil³;
- Implantar e manter o RIC - Registro de Identidade Civil - a futura carteira de identidade nacional;
- Implantar e manter o banco de dados de perfis genéticos de criminosos⁴;[33]
- Controle e fiscalização de produtos químicos de natureza controlada;
- Reprimir crimes interestaduais ou internacionais que necessitem de repressão uniforme⁵;
- Reprimir os crimes previdenciários;
- Investigar e reprimir violações de Direitos Humanos;
- Reprimir o sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro, se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima;
- Reprimir o furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação;
- Investigar e reprimir os crimes políticos;
- Investigar e reprimir o crime de lavagem de dinheiro;
- Cooperar com outras instituições de segurança pública, fornecendo as informações de Inteligência policial que forem pertinentes;
- Prevenir, investigar e reprimir quaisquer outros crimes de forma subsidiária às Polícias Civis estaduais, quando solicitada;
- Fazer a segurança dos candidatos por 137 dias antes da eleição

Acrescidas as atribuições definidas pela Constituição Federal⁶:

- Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

2 Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

3 Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995.

4 Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012.

5 Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002.

6 Artigo 144, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

- Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

3.4 Equipamentos especiais e armamentos identificados de que o órgão dispõe para pronto emprego:

Equipamento	Tipo	Origem	Dotação	Imagem
<u>Glock</u> G17/G19	Pistola	Áustria	<i>padrão</i>	
H&K MP5	Submetralhadora	Alemanha	<i>padrão</i>	
<u>H&K</u> HK416	Fuzil	Alemanha	<i>padrão</i>	
<u>H&K</u> HK G36	Fuzil	Alemanha	<i>padrão</i>	
Benelli M4	Escopeta semiautomática	Itália	<i>padrão</i>	
Pistola Taser	arma não letal	Estados Unidos	<i>padrão</i>	

4. CONCLUSÃO

Segundo o Art. 10 da ON nº 4 a caracterização e a justificativa para concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, ocorre quando houver exposição PERMANENTE ou HABITUAL a agentes físicos, químicos, biológicos ou a atividades perigosas, por meio de laudo técnico elaborado nos termos das Normas Regulamentadoras no 15 e no 16 (NR-15 e NR-16), aprovadas pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego no 3.214, de 08 de junho de 1978.

De acordo com o Artigo 9º da ON nº 4, em relação aos adicionais de insalubridade e periculosidade, consideram-se:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
NÚCLEO DE PERÍCIAS E SEGURANÇA DO TRABALHO

I. Exposição eventual ou esporádica: aquela em que o servidor se submete a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas, como atribuição legal do seu cargo, por tempo inferior à metade da jornada de trabalho mensal;

II. Exposição habitual: aquela em que o servidor submete-se a circunstâncias ou condições insalubres ou perigosas por tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho mensal; e,

III. Exposição permanente: aquela que é constante, durante toda a jornada laboral

Exposição à Radiação Ionizante: não aplicável ao caso;

Exposição aos Agentes biológicos: não aplicável ao caso;

Exposição aos Agentes físicos: não aplicável ao caso;

Exposição aos Agentes químicos: não geradora de adicional nos termos da legislação.

Exposição à periculosidade: Foi identificada atividade in loco, durante a realização da perícia, de condição técnica que satisfaz condição de concessão de adicional, observada adequação as situações constantes no Anexo III da NR 16.

Conclui-se portanto, os servidores lotados no órgão periciado, fazem jus ao adicional de periculosidade, 10% (dez por cento – grau único) incidentes sobre o vencimento do cargo efetivo.

Juazeiro do Norte/CE, 11 de Setembro de 2020.

Técnico Responsável:

Miguel Marx

Médico Perito

Chefe do Núcleo de Perícias e Segurança do Trabalho

Universidade Federal do Cariri

SIAPE: 2574140


MIGUEL MARX
62581090391 relacionados
SIAPE 2574140; IDT 0112412879 MD;
CRM 14812CE; OAB 20379CE

Digitally signed by MIGUEL
MARX:62581090391
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=00489828000317,
ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,
ou=ARMPDG, ou=RFB e-CPF
A3, cn=MIGUEL
MARX:62581090391
Adobe Reader version: 11.0.20